

ATAS

COIMBRA 2021



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Poeta! Coimbra - Vista Paroisi, cota: V243.

## V CONGRESSO DE HISTÓRIA LOCAL

CONCEITOS, PRÁTICAS E DESAFIOS  
NA CONTEMPORANEIDADE



## **FICHA TÉCNICA**

### EDIÇÃO

HTC-NOVA FCSH/CEF-UC

### AUTORIA

História, Territórios e Comunidades CFE NOVA FCSH

### TÍTULO

Atas V Congresso de História Local - Coimbra 2021

### ISBN

978-972-9347-56-6

### COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Paula Pires

Catarina Pimentel Neto

Catarina Veiga dos Santos

Diogo Ferreira

Inês José

João Pedro Santos

Maria Fernanda Rollo

Mariana Reis de Castro

Teresa Nunes

### COMISSÃO CIENTÍFICA

Albérico Afonso da Costa Alho (ESE/IPS e IHC-NOVA FCSH)

Ana Cardoso Matos (CIDEHUS e U Évora)

Ana Paula Pires (HTC-NOVA FCSH/CEF-UC e Universidade Açores)

António José Queiroz (CEFI-UCP e CEPESE)

António Ventura (FLUL)

Conceição Lopes (FLUC)

João Miguel Henriques (CMC e HTC-NOVA FCSH/CEF-UC)

Jorge Fernandes Alves (FLUP)

Manuela Tavares Ribeiro (FLUC)

Maria Conceição Meireles (FLUP)

Maria Fátima Nunes (IHC-NOVA FCSH e UÉvora)

Maria Fernanda Rollo (HTC-NOVA FCSH/CEF-UC)

Maria João Raminhos Duarte (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes e IHC – NOVA FCSH)

Margarida Sobral Neto (FLUC)

Paulo Jorge Fernandes (IHC –NOVA FCSH)

Paulo Miguel Rodrigues (HTC-NOVA FCSH/CEF-UC e Universidade da Madeira)

Sérgio Rezendes (Universidade dos Açores e HTC-NOVA FCSH/CEF-UC)

Teresa Nunes (FLUL e HTC-NOVA FCSH/CEF-UC)

### REVISÃO DOS ARTIGOS

Andreia Rodrigues

Catarina Pimentel Neto

Catarina Veiga dos Santos

João Francisco Pereira

João Pedro Santos

Mariana Reis de Castro

### COMPILAÇÃO E FORMATAÇÃO GRÁFICA

Catarina Pimentel Neto

## Prefácio

A presente publicação reúne as comunicações apresentadas no V Congresso Internacional de História Local, realizado entre 4 e 5 de novembro de 2021, no Colégio de S. Bento, Universidade de Coimbra.

A História Local tem sido, nos últimos anos, objeto de crescente interesse e reflexão, surgindo, tanto na Academia como entre a comunidade mais interessada, um grande número de monografias, estudos, reflexões, dissertações, teses e outros trabalhos que incidem sobre as especificidades, características e vivências de determinadas comunidades e espaços geograficamente circunscritos, procurando valorizar e preservar a sua História e património locais.

Esta abordagem local da História permite às comunidades conhecerem-se e compreenderem o seu passado e o seu presente, mas também refletir e questionar a História global, contribuindo para a sua construção e para a desconstrução de algumas narrativas históricas sedimentadas na sociedade e na Academia.

Ao longo das suas cinco edições, este Congresso tem proporcionado um espaço não apenas de partilha dos resultados destas investigações, mas também de abertura ao debate das várias questões que a História Local põe em evidência e de estímulo à produção e desenvolvimento de investigações e outras atividades científicas e culturais de estudos locais.

Esta iniciativa conta, ano após ano, com o empenho de investigadores de diversas instituições, profissionais de entidades científicas e culturais e cidadãos envolvidos em dinâmicas de valorização da história e património locais.

É devido um agradecimento à Universidade de Coimbra, nomeadamente à unidade I&D Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet (CFE), pelo acolhimento da iniciativa, na pessoa da Dra. Nádía Marques.

O Congresso bem como a presente publicação são ainda tributários da inestimável e generosa colaboração dos investigadores que integraram a sua Comissão Científica. Obrigada.

O encontro contou ainda com a colaboração de vários colegas, professores, investigadores empenhados na realização do Congresso, nomeadamente moderando e animando sessões, aos quais agradecemos.

Proseguiremos, cumprindo a missão que rege o HTC (<https://htc.fcsh.unl.pt>), tendo como foco principal a História, na sua relação intrínseca com os territórios e as comunidades, ampliando o propósito da valorização e promoção da história local através da consolidação inter-institucional.

A presente obra fica agora disponível, partilhando os textos de um conjunto de autores, aos quais agradecemos. Constituem, sem reservas, uma contribuição para o aprofundamento do conhecimento e a reflexão sobre os estudos de história local.

**Maria Fernanda Rollo, Ana Paula Pires, Catarina Pimentel Neto,**

**Catarina Veiga dos Santos, Diogo Ferreira, Inês José e Teresa Nunes**

História Territórios e Comunidades – CFE NOVA FCSH

**João Pedro Santos e Mariana Reis de Castro**

Instituto de História Contemporânea

## Índice

Prefácio.....	3
1. A burguesia comercial transmontana e a conjuntura vintista.....	6
2. Rigor erudito e entusiasmo amador: desafios de uma confluência necessária .....	29
3. O Mundo Associativista como preparação das elites covilhanenses para o mundo político (1910 a 1926): o caso do Ginásio Clube da Covilhã e o Clube União da Covilhã .....	39
4. Arquitetura da Paraíba: Portugal e a Paraíba.....	55
5. Joaquim Ribeiro Telles (1852-1924): o lavrador e o político. Uma figura incontornável no concelho de Coruche.....	75
6. A construção do tempo escolar na modernidade portuguesa: a semana escolar no Noroeste de Portugal.....	86
7. Uma cidade e sua irmandade negra: O caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Campinas.....	105
8. A organização operária bracarense durante a I República (1910-1926) .....	125
9. A Cidade num Clube: A Caminho de uma Prosopografia do Clube de Futebol Estrela da Amadora (1960-1980).....	143
10. “As epidemias do século XX em Torre de Moncorvo – O Tifo e a Gripe Espanhola”.....	177
11. António Maria Mourinho - <i>Un mirandés eilustre</i> .....	192
12. Aquartelamento e aposentadoria na Guerra Peninsular durante a primeira ocupação do Porto (1807-08) .....	210
13. “Fragmentos documentais” de uma comunidade rural medieval: Vila Nova de Monsarros.....	231
14. Agostinho José Fortes (1869-1940) – Um percurso de vida eclético.....	253

## 1. A burguesia comercial transmontana e a conjuntura vintista

Leonardo Aboim Pires

(ICS/ULisboa; CEIS20/UC)

### Resumo

A primeira experiência liberal em Portugal (1820-1823) e o posicionamento das elites económicas perante as mudanças ocorridas são uma forma de observar o alcance das ruturas e das permanências. Partindo de uma iniciativa parlamentar feita pelas Cortes Constituintes e tendo como caso de estudo a região de Trás-os-Montes, este artigo procura explorar os discursos e atuação da burguesia no novo contexto político, fazendo a análise das principais ideias e visões das elites locais. Pretendemos compreender se o novo regime criou ou não novas formas de diálogo na procura do desenvolvimento agrícola, comercial e industrial de Bragança e Vila Real nos inícios do século XIX.

**Palavras-chave:** Trás-os-Montes; Vintismo; política económica; elites económicas.

### Abstract

The first liberal experience in Portugal (1820-1823) and the position of the economic elites in the face of the changes that have occurred is a way of observing the scope of ruptures and permanencies. Starting from a parliamentary initiative carried out by the Constituent Courts and having as a case study the region of Trás-os-Montes, this article seeks to explore the discourses and actions of the bourgeoisie in the new political context, analysing the main ideas and visions of the local elites. We intend to understand whether the new regime created new forms of dialogue in the search for agricultural, commercial, and industrial development in Braganza and Vila Real in the early 19<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Trás-os-Montes; Vintismo; economic elites; economic policy.

## Introdução

A revolução de 1820 conduziu, a breve trecho, à eleição das Cortes Constituintes, responsáveis pela elaboração do primeiro texto constitucional português, objetivo concretizado em 1822. No conjunto das atitudes assumidas pelo também designado Soberano Congresso encontrou-se um cuidado relativo à realidade económica. Esta situação sobrevinha da procura de respostas depois do contexto bélico de 1807-1814 e do esboroar do império luso-brasileiro, além doutros constrangimentos à ação dos agentes mercantis.

No âmbito das Cortes de 1821-1822 foi elaborada uma consulta da Junta do Comércio aos negociantes das principais praças de comércio do país. É através das explicações facultadas pelas vilas e cidades que é possível traçar quais expectativas das elites económicas perante a instalação do novo regime. Os relatórios foram remetidos conjuntamente para a Junta e a regência e reenviados para as Cortes. Marcante foi também o movimento peticionário, fundamental para compreender a inserção das reivindicações das classes sociais nas novas formas de decisão política surgidas. Diversos foram os temas que se encontravam nestes textos e que iam desde os conflitos corporativos até ao comércio externo, passando pelos direitos alfandegários, a regulação do mercado interno, a reforma ou abolição de estancos e monopólios, entre outros.

Para revelar estas realidades escolhemos a província de Trás-os-Montes como objeto de análise. Atendendo às respostas facultadas pelas Comarcas de Bragança e de Moncorvo, englobando Bragança, Chaves, Mirandela e Vila Flor, e algumas petições oriundas desta região, sinal da “súbita parlamentarização da vida política” (Cruz, 2022, p. 3), é intenção deste texto <sup>1</sup> compreender as grandes linhas orientadoras e o articulado do pensamento liberal no seio da burguesia<sup>2</sup>

<sup>1</sup> A investigação para o presente trabalho foi financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito de uma bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/06506/2020).

<sup>2</sup> Ao longo do tempo, as propostas para criar um conceito estável de burguesia apresentam-se insatisfatórias, não sendo possível o estabelecimento de uma definição que abarque a sistematização necessária para ser usada em várias realidades. Hélder Adegar Fonseca e Jaime Reis colocam três critérios para uma definição de burguesia. São eles: “a especialização ou dominância de um tipo de actividade económica em que está concentrada a sua riqueza ou donde lhe advém a maior parte do rendimento”; “a dimensão daqueles interesses que tem fornecido uma

transmontana, a natureza ideológico-política e económica das suas reivindicações e propostas, sem esquecer os ecos que se faziam sentir nos debates parlamentares. A origem dos corpos documentais parte da informação recolhida no fundo do Ministério do Reino do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Parlamentar e na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

## A economia transmontana em finais do Antigo Regime

Para melhor compreender alguns dos tópicos enunciados durante a primeira experiência liberal, é necessário atender às principais características da economia transmontana. Seguindo a proposta de Vitorino Magalhães Godinho, Trás-os-Montes encontra-se inserido num conjunto geográfico-económico que se pode denominar como agrário e pastoril, em oposição à faixa litoral, onde a importância de Lisboa e Porto é facilmente assinalável, e às cidades industriais do interior como Guimarães, Covilhã ou Évora.

Como primeira marca surge a enorme importância do sector agrícola no quadro regional. Das principais culturas, destaque para a vinha. Nos finais do século XVIII assistiu-se a uma certa expansão, auxiliada pelas consequências da intervenção pombalina com a criação da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, em 1756, o que acabou por propiciar o desenvolvimento da viticultura duriense. Nos primeiros anos do século XIX verificaram-se problemas no sector, crise provocada em parte por um maior consumo de vinhos espanhóis. Ao nível local, na Comarca de Miranda

“em poucos sítios produz vinhos, e os que colhem nos Concelhos de Lomba e Vinhais são só generosos, e muito balsâmicos, e ainda sem benefício se conservam

hierarquia de escala” e “a identificação dos interesses materiais sectoriais com economias e interesses económicos estrangeiros, ou com os do País” (Fonseca e Reis, 1987, p. 865-866). Para Jorge Pedreira, “a inconsistência do conceito, ou a sua desadequação relativamente à realidade que procura exprimir, recomenda a sua profunda reavaliação, pois pode conduzir à agregação de grupos sociais no ponto exacto em que as linhas de demarcação são sociologicamente mais significativas” (Pedreira, 1995, p. 5). Seguindo o mesmo autor, o emprego do termo neste texto reporta-se a um grupo de negociantes e financeiros.

Santana, M. O. R. & Costa, A. L. P. (2006). *Guia do arquivo António Maria Mourinho*. Centro de Estudos António Maria Mourinho.

Santana, M. O. R. (2005). *Cartas Inéditas de Abade Baçal para o Padre António Mourinho 1941-1947*. Câmara Municipal de Miranda do Douro.

Santana, M. O. R. (2009). *Diálogo de dois intelectuais em torno da história e da cultura do Nordeste Transmontano: Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior e António Maria Mourinho*. Municípios de Miranda do Douro e de Torre de Moncorvo.

Santana, M. O. R. (2012). *Catálogo da Correspondência de António Maria Mourinho para Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1951-1990)*. Centro de Estudos António Maria Mourinho.

Serrão, J. V. (1988). *História de Portugal: a queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X. Editorial Verbo.

Serrão, J. V. (2000). *História de Portugal: da 1.ª legislatura à visita presidencial aos Açores (1935-1941)*. vol. XIV. Editorial Verbo.

## 12. Aquartelamento e aposentadoria na Guerra Peninsular durante a primeira ocupação do Porto (1807-08)

Pedro Alexandre Oliveira Couceiro

Escola Superior de Educação / Instituto Politécnico de Bragança

CITCEM

### Resumo

Como em todas as guerras, os centros urbanos oferecem-se como alvos preferenciais, evidenciando um justificado simbolismo ligado ao facto de as urbes serem sempre conotadas como centros de poder, riqueza e sedes das estruturas ativas na organização da vida comunitária. Em todos estes aspetos, o Porto desempenhou um papel de destaque durante a Guerra Peninsular. A cidade conheceu até então uma projeção económica, social e política que justificou ter-se tornado num dos alvos principais das duas primeiras ocupações napoleónicas, não só como cenário de guerra, mas sobretudo como local mais digno para a fixação das novas autoridades espanholas e francesas. Com efeito, seria no Porto que se estabeleceria o quartel-general responsável pelo extenso território do Norte. Tal situação estará no centro da análise que pretendemos com o presente texto, cujo principal objetivo é o de compreender o impacto de uma militarização forçada do espaço urbano portuense e pelas necessidades decorrentes do aquartelamento e serviços de aposentadoria da oficialidade que se instalou na cidade.

**Palavras-chave:** Guerra Peninsular; Porto; poder local, aquartelamento

### Abstract

As in all wars, urban centres were preferential targets, demonstrating a justified symbolism related to the fact that cities were almost always connoted as centres of power, wealth and active structures in the organisation of community life. In all these aspects, Porto played a prominent role during the Peninsular War. Until then, the city had

experienced economic, social and political projection, that justified its becoming one of the main targets of the two Napoleonic occupations, not only in terms of the war scenario but, above all, as the most dignified location for the settlement of the new Spanish and French authorities. Indeed, it would be from Porto that the headquarters responsible for the extensive territory of the North would be established. Such situation will be at the centre of the analysis of the present text, whose main goal is to understand the impact caused by a forced militarization of the urban space in Porto providing the demands from the quartering and services required by the officers who settled in the city.

**Keywords:** Peninsular War; Porto; local power; quartering

## Introdução

Para a história europeia, a profunda agitação revolucionária originada pelas consequências universais da Revolução Francesa de 1789 (Rémond, 2011), e, na sua sequência imediata, a formação de um espaço com as características políticas, culturais, económicas e sociais como as que ocorreram durante o império napoleónico, constituíram-se como um dos períodos mais estudados pelas diferentes historiografias dos países que, de alguma forma, reclamaram para si a condição de vítimas da extensa beligerância causada pelo expansionismo napoleónico. A Europa de Napoleão pretendia tornar-se num espaço único, sob um modelo civilizador de inspiração francesa e, do ponto de vista político-militar, transformar-se numa “Europa fortaleza”, mobilizando uma concentração de poder em torno do imperador raras vezes observável. Tal intento envolveria uma construção de poder que, para além do *Grand Empire*, se baseava num círculo de Estados subservientes governados por membros da família de Napoleão (Boer, 1995, p.68).

Incluído neste plano, Portugal assistiu às movimentações político-diplomáticas ao longo dos primeiros anos do século XIX e, em 1807, sofreria a primeira invasão conjunta de exércitos franceses e espanhóis, anteriormente acordada no Tratado de Fontainebleau. Começava assim a odisséia napoleónica portuguesa que se revelou de pesadas consequências socioeconómicas para as populações civis e, simultaneamente, promoveu o ambiente propício para os debates político-ideológicos que se seguiram e que um certo protoliberalismo existente em alguns setores da sociedade portuguesa possibilitou (Cf. Ramos, 1988; Araújo, 1985, 1993).

Na verdade, e sobre este período em concreto, torna-se necessário que a compreensão interligue a micro-história com a macro-história, abordando os episódios militares, tanto portugueses como espanhóis, na visão de um todo ibérico (Sardica, 2011, p.17. Ver também Mendes, 1988, 2000 e Neto, 2010). No entanto, tal não prejudica a necessidade de se considerar uma dimensão local, que permita uma perceção acerca dos contributos e custos que convocaram as

populações, envolvidas num quotidiano de guerra, enriquecendo desta forma a apreensão do fenómeno histórico no seu entendimento global. Assumimos, portanto, que uma abordagem social e local da Guerra Peninsular valorizará a compreensão total do período em questão, ultrapassando a insuficiente visão historiográfica que, na expressão de Charles Esdaile (2011, p. 18), muitas vezes se resumiu a uma litania das batalhas de Napoleão.

Assim, dado o envolvimento central da cidade do Porto no conflito em duas ocasiões (de dezembro de 1807 a junho de 1808 e entre março e maio de 1809), justifica-se, entre outros aspetos, e tendo em consideração a documentação da Câmara do Porto reunida no seu Arquivo Histórico (AHMP), perceber os efeitos de uma elevada militarização da vida social portuense e, particularmente, entender os incómodos, a gestão dos recursos e a satisfação das necessidades logísticas consequentes da presença de milhares de soldados espanhóis durante a primeira invasão que o Porto sofreu.

#### **A cidade do Porto como anfitriã dos seus inimigos (1807/08)**

Na cidade do Porto, concretizada a primeira invasão franco-espanhola da cidade, a missão de proceder ao aquartelamento das divisões militares que se instalaram na cidade, a partir de dezembro de 1807, coube à vereação portuense. Como se justificava, tal demanda levantou os mais diversos cuidados. Em primeiro lugar, porque assim fora determinado pelas instruções deixadas pelo príncipe regente às autoridades portuguesas aquando da transferência da corte para o Brasil. (Silva, 1826, p. 475.) Em segundo lugar, porque a capacidade de manter satisfeitos os comandos militares invasores poderia ter interferência direta no grau de violência empregue junto das populações civis. Finalmente, porque as próprias autoridades tinham perfeito conhecimento de que o ato de receber e instalar os milhares de soldados na cidade, suportando do seu erário os custos associados, poderia constituir-se como um fator de descontentamento social.

Pelo exposto, tal encargo tornou-se ambicioso no seu planeamento e dispendioso na gestão dos escassos recursos camarários, uma vez que, perante a dimensão populacional da cidade, a instalação do exército aumentava em cerca de 20% o quantitativo de indivíduos em circulação na urbe portuense (Couceiro, 2019, p. 300). Além disso, também apresentava imensos desafios no que respeita ao aquartelamento, ao abastecimento e à segurança urbana, tanto das tropas espanholas como das populações civis. Na verdade, a coexistência entre portugueses, espanhóis e franceses não deixava de ser uma artificialidade daqueles tempos agitados, colocando as autoridades perante a ingrata tarefa de se tornar “anfitriã” dos seus inimigos sem perturbar acentuadamente o quotidiano urbano. Tais preocupações eram evidentes nas próprias atas de vereação, que entendiam a sua missão com

«[...] a particular atenção que se deve à suas virtudes, moderação e vistas para os habitantes desta cidade, os quais têm de receber os vantajosos efeitos de todas as considerações que por este illustrissimo senado forem empregadas com os comandos militares e autoridades civis, que presidem neste districto»<sup>214</sup>.

As mesmas preocupações foram reveladas pelas autoridades invasoras que tentavam evitar o descontentamento provocado pelos abusos nos pedidos e mordomias exigidas pelos seus homens. Em dezembro de 1807, Junot informava que as suas tropas não poderiam exigir mais do que alojamento, iluminação e aquecimento e, no Porto, o general espanhol Taranco y Llano prometia a aplicação de castigos para quem abusasse dos seus anfitriões<sup>215</sup>.

Entendida com apreensão pelas autoridades locais, a instalação dos corpos militares que iam chegando ao território nacional também não deixava de ser preocupação constante dos remanescentes poderes políticos nacionais. Neste aspeto, papel preponderante na vigilância sobre tais procedimentos coube à Intendência Geral da Polícia, que comunicava que «[...] das províncias não tenho participação alguma que contenha factos á boa recepção das tropas francezas e

<sup>214</sup> AHMP, *Livro de Vereações*, fl. 35v-37.

<sup>215</sup> *Colleção de Decretos*, Editaes E&c. E&c E&c, 1808, s/p.

*hespanholas*»<sup>216</sup>. Todavia, noutros momentos, o mesmo órgão tomava conhecimento de que

«[...] os generais francezes fazem requisiçoens de diversos objectos, que dizem ser indispensáveis para hua profuza e lauta meza e para a sustentação dos seus domésticos [...] a multiplicidade fazem hua despeza considerável: não se tem agora designado donde devem sahir; e ninguém se presta á venda dos géneros sem que lhes indique a certeza e modo de pagamento».<sup>217</sup>

Assim, e repetindo o que se passara anteriormente noutras cidades que estiveram no roteiro dos exércitos espanhóis (veja-se Capela, Matos & Borralheiro, 2008 e Matos, 2000), a tarefa de alojar e viabilizar a presença de cerca de 10 mil soldados espanhóis na cidade do Porto foi responsabilidade primordial da edilidade portuense. As disposições de acomodamento seguidas pela Câmara significaram o aboletamento em casas particulares que estivessem à altura de receber as diferentes patentes do exército invasor, bem como o aquartelamento dos diferentes corpos do exército de mais baixa condição em quartéis, edifícios religiosos e, com alguma frequência, em estalagens particulares. O conhecimento antecipado da entrada dos exércitos na cidade acionou um conjunto de ações para enfrentar o tratamento desta demanda. Para o efeito, foi nomeado o juiz de fora José Joaquim de Almeida Correia de Lacerda para que, em conjunto com o representante espanhol, o ajudante general José Bodet, supervisionassem todos os procedimentos necessários para a instalação da máquina de guerra espanhola<sup>218</sup>. A dimensão de tais tarefas fez com que fossem auxiliados por funcionários camarários vocacionados para a resolução dos problemas colocados pelo aquartelamento e aposentadoria dos espanhóis.

Na prossecução destas funções, logo em outubro e novembro de 1807, a vereação atribuiu aos capitães de ordenanças a incumbência de fazer uma

<sup>216</sup> ANTI, Intendência Geral da Polícia, Conta para as secretarias, Livro IX, fl. 140.

<sup>217</sup> ANTI, Intendência Geral da Polícia, Contas para as secretarias, Livro IX, fl. 115v-116.

<sup>218</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/2245 fls. 501-3.

listagem das possibilidades de aboletamento em casas particulares<sup>219</sup> e, em alternativa, as condições oferecidas por cada agregado familiar para pagamento de uma derrama extraordinária, entre uma e doze moedas de 4\$800, que cofinanciasse os custos inerentes à militarização espanhola da cidade<sup>220</sup>. A inclusão de nomes na lista de aboletamento dispensava os mesmos do pagamento da referida derrama, como forma de suavizar os efeitos nos encargos de tais agregados<sup>221</sup>.

Analisada na sua globalidade, no que à derrama pecuniária de aboletamento diz respeito, a documentação do AHMP permite-nos considerar a intenção de se conseguir um equilíbrio justo entre as contribuições, mesmo que, em alguns casos, a não consideração de um estatuto socioprofissional privilegiado de alguns dos listados permita a conclusão de que, com ou sem intenção, nem sempre a equidade dos encargos foi cumprida. O general Taranco y Llano, em carta ao Senado da Câmara, datada de 6 de janeiro de 1808, revelava que «[...] sedice que cada cappitam de ordenanças, y un perito regulan lo que deben contribuir las casas de su districto, a las que aumentan o disminuyen la contribucion segun lá afición e ódio que las profesan»<sup>222</sup>. Em resposta a tal suspeita, o Senado da Câmara garantia ter mandado

«[...] vir a sua presença os cappitaens das Companhias com homens capazes de dizer a verdade do que cada hum pode concorrer a proporção dos seus cabedaes a face de huma lista porque são perguntados, mas se que assim mesmo elle não tem conseguido o desejado fim da igualdade, a culpa não hé sua e nunca achará para se informar homem sem paixoens».<sup>223</sup>

Tornava-se, assim, evidente que todo o processo recebeu das autoridades particular cuidado. A sensibilidade do assunto merecia constantes chamadas de atenção por parte das entidades superiores, reforçando a excecionalidade dos

<sup>219</sup> AHMP, Lista das 14 companhias...; Couceiro, 2019, pp. 304-307.

<sup>220</sup> AHMP, Livro de vereações, n.º 99, fl. 16.

<sup>221</sup> AHMP, Lista das 14 companhias ..., s/p.

<sup>222</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/1375, fl.184.

<sup>223</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/2245, fls. 488v-490v.

tempos que a comunidade enfrentava e, por isso, devendo serem evitados desconfortos, suspeitas e contratempos desnecessários no expediente de aquartelamento das tropas. Exemplo de tal preocupação chegava à vereação pela ação do Governador das Justiças do Porto que, em 7 de janeiro de 1808, escrevia que

«[...] todas as operaçoens em economia do serviço publico convem simplificarse e reduzirse a methodo: deve por isso preferirse sempre áquelle em que se consegue o fim directamente sem atropel de subalternos e intermediários que fumentão a desconfiança publica, que pode justificar essa desconfiança e que embaração mais do que facilitão a execução»<sup>224</sup>.

Não obstante nos apercebermos de uma incontornável tendência de afrancesamento das autoridades locais, a verdade é que o momento exigia dos poderes camarários as maiores atenções no sentido de assegurar uma convivência o mais pacífica possível entre portuenses e ocupantes. Entre as decisões imediatas para a resolução do aquartelamento das tropas espanholas na primeira invasão, a Vereação portuense decidiu o abandono do aboletamento tradicional e optou pelo aquartelamento em casas devolutas, quartéis e estruturas da cidade que pudessem comportar o alojamento dos contingentes militares. No processo de seleção de locais para tais efeitos, para além de casas que se achassem abandonadas pelos seus proprietários, juntaram-se ainda armazéns nas mesmas condições, hospitais, hospícios e conventos. Tal decisão implicava que boa parte destes espaços tivessem de sofrer onerosas obras de reabilitação e adequação às novas funções, pelo que a Câmara teve de dispor de orçamento para cobrir tais gastos, numa prática que, segundo as recomendações do Senado da Câmara, deveria obedecer a um plano de despesas detalhado<sup>225</sup>.

De tal forma estas funções eram vistas como da maior relevância, que vários oficiais civis e militares foram designados para assumir a missão de planeamento e acompanhamento de tais operações. Assim, o desembargador da

<sup>224</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/2245, fl. 490v.

<sup>225</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/2245, fls. 501 e seguintes.

comarca, José Teixeira e Sousa, o juiz de fora José Joaquim de Almeida Correia de Lacerda e o juiz dos órfãos José de Chaves Meireles tutelaram as diferentes companhias de ordenanças que tiveram a seu cargo a responsabilidade direta das questões relacionadas com o aquartelamento. Para além destes, foram nomeados inspetores militares que assumiram funções no tratamento das questões especificamente relacionadas com a equipagem e adequação dos espaços militares da cidade. De resto, após o desmantelamento do exército e dos corpos militares portugueses por ordem de Junot, muitos destes oficiais ficaram apenas com funções administrativas de suporte à ocupação estrangeira da cidade e uma presumível frustração sobre tal situação poderá ter contribuído fortemente para o envolvimento destes indivíduos no pronunciamento de junho de 1808 (Capela, Matos & Borralheiro, 2009, pp.119-120).

Os vários livros do cofre do AHMP passariam a atestar os avultados gastos despendidos nas empreitadas de reconstrução, adequação e reabilitação dos espaços de aquartelamento, justificando o aumento exponencial dos pagamentos e exigindo que estes se apresentassem rigorosos no cadastro de todos os desembolsos. Através destes documentos, é-nos permitido perceber que a instalação das tropas invasoras se refere à instalação, digna acomodação e manutenção diária dos militares. Tais preocupações conduziram ao registo de um alargado conjunto de despesas relativas a obras e melhoramentos arquitetónicos dos espaços requisitados, apetrechamento com vasta gama de utensílios, produtos de várias ordens de utilização, mantimentos alimentares e todo o tipo de consumíveis no dia a dia das tropas.

O volume das obrigações com tais finalidades não deixou de significar um exponencial encargo financeiro para a vereação portuense. Todavia, faz sentido hoje lembrar-nos o quanto todo este aumento de despesa foi feito essencialmente a partir do comércio local e de redes de fornecimento próximas da cidade e que, indubitavelmente, terá significado um forte incremento dos lucros dos setores de negócios ligados a estes abastecimentos. Não será de duvidar, portanto, que parte do comércio portuense viu o consumo ampliar e, por esta via, o volume de encomendas e de compras beneficiaram indiscutivelmente

os comerciantes e os fabricantes dos produtos, cujo consumo foi dilatado pela presença na cidade do contingente militar espanhol. O contributo deste crescimento de procura no mercado local permite afirmar ou, pelo menos, aceitar a ideia de que o mesmo terá ajudado a compensar o prejuízo que o tecido empresarial da cidade pagava pela proibição do comércio com os ingleses decretado por Napoleão.

A partir de dezembro de 1807 e dos inícios de 1808, o Porto não deixou certamente de mostrar o bulício de uma urbe em obras constantes. Os gastos com tais empreitadas, bem como a apresentação dos custos dos consumíveis e outros produtos, começaram a chegar aos serviços camarários ainda em dezembro de 1807, aumentando consideravelmente até maio de 1808. A análise da documentação camarária permite perceber que o rol de produtos era vasto e extenso na qualidade e quantidade, contemplando produtos alimentares, mobiliário, utensílios domésticos de cozinha, limpeza e higiene, lenha para aquecimento e sebo para iluminação, para além de uma série de produtos e de objetos para reconstrução dos espaços consignados para as tropas (Couceiro, 2019, pp 299-377).

A afluência das notas de despesa registou um excessivo incremento de gastos e tal justificou, em maio de 1808, a advertência de

«[...] que os bilhetes apresentados para verificar as entregas que menciona o procurador da cidade são insuficientes absolutamente ainda mesmo admitindo toda a simplicidade que pode tolerar-se e que em consequência deve o mesmo procurador da cidade procurar reforma-los»<sup>226</sup>.

### **O aquartelamento na 1.ª Invasão – espaços e as suas problemáticas**

Definidos os critérios de seleção dos locais a ceder para o aquartelamento das tropas espanholas e através das notas de despesa para as obras necessárias

<sup>226</sup> AHMP, *Livro de Vereações*, A-PUB/99, fls. 35v.-37

de adequação dos mesmos espaços, é possível estabelecer um roteiro das principais bases desse aquartelamento, segundo os diferentes regimentos do exército espanhol. Os regimentos de Barbastro, a Infantaria de Maiorca e parte da Cavalaria de Alcântara instalaram-se em armazéns no lado de Vila Nova de Gaia. Dentro do espaço urbano do Porto instalaram-se os Regimentos de Infantaria de Saragoça (Quartel de São Domingos), a Infantaria de Aragão (Quartel Torre da Marca), a Cavalaria de S. Tiago (Convento de Monchique), os Granadeiros da Galiza (Quartel de São Bento), o Regimento do Príncipe (Quartel de Santo Ovídio), o Regimento do Rei (Quartel de São João Novo) e a Infantaria do Príncipe (Quartel de São João da Foz). Alguns oficiais espanhóis e a guarnição pessoal do francês Quesnel hospedaram-se na Estalagem da Porta dos Carros, enquanto os Sapadores e os Mineiros acomodaram-se, respetivamente, nos armazéns de António Borges, no Colégio de São Lourenço e no Hospício dos Frades de Santo António. Finalmente, o Regimento de Girona assentou base na casa de Luís Alves Barbosa na Rua das Virtudes<sup>227</sup>. Em Vila Nova de Gaia são identificados 24 espaços intervencionados, que incluíram a construção de raiz de prisões, manjedouras, cozinhas, cantinas e dormitórios. De entre os vários locais listados encontram-se armazéns que eram propriedade de Francisco Vanzeller, João Sobrado Cardoso, José Perry, Francisco Homem, William Warre, ou as casas e lojas de António Rosa Leão, Manuel Gonçalves, José Monteiro Alvarenga, António Brandão, Hipólito Beleza e Severino Santos<sup>228</sup>.

Como é patente, parte significativa dos batalhões e regimentos, constituídos essencialmente pelos oficiais de mais baixa patente, ficou instalada em grandes edifícios devolutos ou requisitados para o efeito como quartéis, conventos e armazéns, distribuídos pelo espaço urbano portuense ou situados na margem sul do Douro. Naturalmente nem todos os espaços respondiam às necessidades agora exigidas, pelo que a contabilidade camarária nos permite perceber as avultadas somas gastas precisamente na conversão destas áreas às necessidades dos novos inquilinos.

<sup>227</sup> AHMP, Cofre A-PUB/1372 a A-PUB/1377; Capela, Matos & Borratheiro, 2009, pp. 122-127.

<sup>228</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/1373, fls. 2-3.

Para além dos espaços anteriormente referidos, segundo a documentação do AHMP, outras dependências foram destinadas a manjedouras e estábulos. A distribuição destes recintos específicos à recolha e tratamento de animais obedeceu a uma lógica que seguiu um critério de proximidade. Os animais de uso da oficialidade espanhola instalada no centro da cidade estavam concentrados dentro do perímetro muralhado, enquanto os restantes se encontravam mais dispersos na margem sul do Douro e próximos dos espaços ocupados pelas patentes mais baixas. Os encargos com a instalação e a alimentação dos cavalos e restantes animais eram também da responsabilidade da governança da cidade. São várias as despesas contabilizadas com a compra de feno e palha, bem como os materiais e os mapas de pessoal responsável pelas obras de adequação dos espaços em estábulos. A título de exemplo, a Câmara pagou 68\$120 pela intervenção necessária para o tratamento e acomodação dos animais da tropa espanhola instalada no Hospital dos Frades de Santo António da Cordoaria<sup>229</sup>.

Porém, o exponencial aumento dos encargos com a construção nas estruturas urbanas requisitadas fez que o preço da mão de obra aumentasse consideravelmente. Conscientes da importância do seu trabalho, os prestadores de serviços ligados à construção civil exigiram o aumento dos seus honorários. Tal nos é dado a entender pelas reclamações apresentadas à Câmara sobre a falta de gentes na cidade para tanta procura de serviços, o que nos aparece em algumas informações da tutela pelas obras. Por exemplo, António Borges, capitão da 15.<sup>a</sup> Companhia de Ordenanças, em Miragaia, responsável pelas obras nos armazéns das Freiras de Monchique, informa que a causa do inflacionamento dos custos das obras por ele tuteladas se ficou a dever aos

«[...] jornaes de Carpintaria da Ribeira que pretendiam agora 400\$00 por dia, e estes e todos os mais carpinteiros exegião pellos seroens tanto como pello dia, o que faz na tavela diferença e o Supplicante os contemplou todos a 300\$00 em cujo dia pello seraõ, cujas diferenças protesta o

<sup>229</sup>AHMP, Cofre, A-PUB/1372, fl. 302.

Suplicante não deve ser inquietado em particular pellos referidos operários»<sup>230</sup>.

De facto, a questão da disponibilidade de recursos humanos para as intervenções necessárias foi um problema importante perante a dimensão das obras em curso na cidade. Na folha de remunerações datada de 31 de dezembro de 1807, que se reporta à adequação dos quartéis para soldados e cavalaria nos Armazéns das Freiras de Monchique e outros espaços, para aquartelamento de parte do Regimento de Cavalaria de S. Tiago e do Regimento de Cavalaria de Alcântara, contámos 75 carpinteiros, 19 trabalhadores e 7 rapazes que, entre dias e serões de trabalho, fizeram-se cobrar na totalidade em 155\$250, tendo consumido 55\$200 de material. No mesmo mapa, outros dados referentes às origens geográficas dos trabalhadores permitem perceber que parte considerável se deslocava não só das freguesias urbanas do Porto (Miragaia, Massarelos, Ramalde e Cedofeita), juntamente com um número significativo de trabalhadores oriundos de locais mais afastados do termo da cidade, como Grijó, Valadares, Avintes, Vilar de Andorinhc, Laborim, Pedroso, Valongo e Mosteiró. Para esta obra também se arrolou força laboral na Póvoa de Varzim e em Vila do Conde<sup>231</sup>.

Para além da requisição destes espaços comerciais, religiosos e assistenciais para a instalação do grosso das tropas, frequentemente, a falta de condições de alguns deles, ou as curtas estadias na cidade, justificaram a opção pela instalação em estalagens particulares. Naturalmente, todos os encargos destas acomodações continuaram a correr por conta da vereação. As notas de reserva e despesa referem que os serviços prestados incluíam dormida, refeições (almoço, jantar e vinho) e cavalaria. A preferência pela instalação, em determinadas situações, em estalagens, acabou por ter mais um efeito positivo noutro setor comercial da cidade, mesmo que na documentação consultada sejam frequentes reclamações feitas pelos estalajadeiros sobre tais presenças militares. Manuel Joaquim Pereira, proprietário da Estalagem da Rua de Entre

<sup>230</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/1372, fl. 285.

<sup>231</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/ 1372, fl. 290 e 291.

Paredes, queixa-se de que hospedava há três semanas um corpo de artilharia espanhola, com mais de sessenta cavalos, e de que

«[...] não pode hospedar passageiro algum, sofrendo por isto hù dos mais consideráveis incómodos, e graves prejuízos, pois não recebe utilidade nem paga alguma com este alojamento das Tropas e porque o suplicante Hé hù pobre e honrado com mulher, e sinco filhos, e não tem outro modo de vida, de que possa subsistir nem a ditta família»<sup>232</sup>.

Por sua vez, Francisco Domingues, da Estalagem Cantinho da Batalha, depois de albergar os Regimentos dos Dragões e de Maria Luisa, pedia uma compensação de 91\$660 pelo

«[...] prejuízo que derão á Estalagem dos freguezes que perdi por não ter comodo para os aquartelar por via dos ditos caballos e manjedouras que me quebrarão e louças e cozinharei na minha cozinha com todos os aprestes necessarios, tudo á minha custa, e juntamente tratalos com muito ámor por recomendação do Alcaide da Cidade que de tudo me derão prejuízo»<sup>233</sup>.

#### **A Oficialidade espanhola e a dignidade das suas aposentadorias**

A análise da documentação torna perceptível uma clara distinção entre aquartelamento e aposentadoria, assumindo esta última uma maior dignidade no que respeita ao tipo de serviços, no fausto e no aparato com que se acomodaram os membros do Comando General do exército espanhol, dirigido pelo General Taranco y Llano (Rua Nova dos Ingleses), Carrafa (residência dos Vanzellerses – Rua Nova do Almada) e Domingos Ballestá. Naturalmente que o Porto, sede do aparelho administrativo no Norte do país, reforçado desde os tempos pombalinos, e como cidade eminentemente burguesa, dispunha de algumas residências particulares no centro urbano e mais nobre da cidade, com todas as comodidades para instalar os comandos militares espanhóis e franceses que

<sup>232</sup> AHMP, Cofre, A-PUB 1376, fl. 127.

<sup>233</sup> AHMP, Cofre, A-PUB 1375, fl. 110.

passaram pelo burgo portuense neste período. Muitas destas residências encontravam-se à altura abandonadas pelos seus proprietários, na maior parte dos casos, por receio da chegada dos exércitos à cidade. Tais espaços residenciais tornaram-se a escolha natural para a aposentadoria das mais altas patentes do exército espanhol e, como atestam as despesas do cofre, tiveram direito ao fornecimento de um nível de comodidade e mordomias muito superior às das unidades militares, bem como à designação de aposentadores próprios para as questões específicas do seu alojamento.

Para além dos nomes anteriormente identificados, hospedaram-se na cidade, a expensas do Senado da Câmara, outras individualidades francesas, com igual direito a atenção especial nas despesas de consumo diário – entre os quais, o general Quesnel (residência da viúva Melo, situada na Rua Nova do Almada); o corregedor-mor Tamboreau (Palácio dos Carrancas); o Monsieur Perron (casa de Manuel António de Matos, Rua da Fábrica); o Monsieur Prognny (na casa de José Monteiro Almeida, freguesia da Vitória) e o Coronel de Artilharia Picoteau (na casa de Joaquim Fernandes na Rua das Hortas). (Lima, s/d, pp. 16 e 117) A aposentadoria dos generais espanhóis e dos oficiais do governo francês na cidade encabeça as listagens de despesas feitas pelos diferentes encarregados de acompanhar as aposentadorias de tais dignatários, bem como significaram, de longe, os maiores encargos para o erário camarário nesta rubrica de gastos.

O primeiro registo de despesa, assinado pelo guarda do Senado José Joaquim de Almeida Coutinho, para gastos de aposentadoria de Carrafa, dá conta de 2 074\$144 e data de 9 de março de 1808. Desta quantia, um primeiro grupo de despesas, na importância de 1 519\$906, destinou-se a 79 tipos de produtos (boa parte deles multiplicados por várias unidades) que incluíam utensílios de cozinha e limpeza (panelas, pratos, vassouras, bacias, etc.), mas também objetos de sumptuária, como colheres e castiçais de prata, tecidos para cortinados, coxins e almofadas decorativas, alguns móveis de pequena dimensão, bem como géneros

alimentares<sup>234</sup>. Os gastos com este oficial espanhol estenderam-se também à transferência e restauro de mobiliário e para tal frete fizeram-se

«[...] carretos da fos para aqui por terra - 2\$600; carretos daqui para caza do enxambalador - \$260; carretos para a caza da Aposentadoria \$680; carretos de Louça da Caça do meritíssimo Juiz do Crime para aqui - \$400; barco por todo dia - \$960; comida ao oficial e mais despezas - 1\$200. Total 6\$100».<sup>235</sup>

Por sua vez, D. Domingos Ballestá também revelou gostos exclusivos e exigências extensas. O seu aposentador-mor, Manuel António Mendes, recebeu, em maio de 1808, a quantia de 250 mil réis, para «*apromptar a caza onde vai asestir o Illustrissimo Domingos Belestá – Governador das tropas Espanholas*»<sup>236</sup> que, em carta ao senado, exigia uma sege condigna que deveria estar ao seu serviço diariamente<sup>237</sup>. As despesas com a aposentadoria dos generais espanhóis que chegaram à Câmara entre dezembro de 1807 e junho de 1808 são avultadas e dizem respeito a todo o tipo de produtos, desde os géneros alimentares até ao linho para lençóis e travesseiros que, neste caso, renderam ao comerciante Inácio José da Cunha, a 31 de dezembro e a 9 de janeiro, respetivamente, 152\$222 e 121\$389<sup>238</sup>.

Como se prova, as despesas associadas à aposentadoria foram de assinalável montante. Refira-se, aliás, que o distintivo social, baseado na patente ou título dos ocupantes, foi um critério importante para a aceitação dos gastos. Enquanto o Estado-maior e altos oficiais tiveram tratamento privilegiado no apetrechamento dos seus aposentos, por determinação camarária de 4 de janeiro de 1808, entendeu-se fazer uma distinção sobre os bens de consumo a distribuir aos restantes oficiais militares e civis. Exemplifique-se que um coronel ou brigadeiro tinha direito a 4 arrobas de lenha/dia e a 4 velas/dia, a um capitão

<sup>234</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/1373, ffs. 286v, fl. 287v, fl. 294.

<sup>235</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/1375, fl. 288.

<sup>236</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/1375, fl. 79.

<sup>237</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/1376, fl. 43.

<sup>238</sup> AHMP, Cofre, A-PUB/1372, fl. 346 e 347.

apenas eram consignadas 2 arrobas de lenha/dia e 2 velas/dia e um tenente subalterno dispunha apenas de ½ arroba de lenha e ½ vela por dia<sup>239</sup>.

Independentemente das limitações que pudessem ser admitidas, a verdade é que o recheio das habitações ascendeu a valores tão altos que, no fim da primeira invasão, elaborou-se um inventário para que os bens não desaparecessem ou se extrviassem pela perturbação dos tempos. De facto, por determinação camarária de 22 de julho de 1808, nomeiam-se administrador e escrivão para a Casa do Depósito, a funcionar no Convento de Santo António, Manuel José Dias Ferreira e o escrivão José António Teixeira, tendo ambos a missão de

«[...] receber, com toda a veracidade, de todos os capitains das companhias desta cidade, tudo quanto tivecem pertencente ao dito alojamento, ou fosse de que ficasse da evacuação das tropas espanholas e não esteja agora ocupado ou seja de que de novo alcançassem pela sua louvável deligência e zello»<sup>240</sup>.

Torna-se, assim, evidente que a presença no Porto do exército espanhol e de alguns oficiais franceses foi responsável por um profundo aumento das despesas do erário camarário, entre dezembro de 1807 e junho de 1808. A prova do volume crescente dos gastos é observável não só pelos montantes totais empregues nesta missão, mas também pelo dilatamento dos prazos de pagamento que se foi verificando com a passagem dos meses, o que deu origem a um número crescente de queixas e reclamações apresentadas pelos comerciantes e fornecedores de produtos ou serviços convocados no esforço de receber o exército espanhol. Não obstante as tentativas de moralização das exigências dos soldados e oficiais, a verdade é que a Câmara sentiu as dificuldades para fazer frente ao aumento exponencial da despesa associada à militarização espanhola do Porto. De facto, a documentação camarária foi sendo atualizada periodicamente e permite concluir as extensas relações de pessoas com pagamentos em atraso. Tal situação conduziu a que, em abril de 1808, a

<sup>239</sup> AHMP, Livro de Vereações, A-PUB/99, fl. 16-16v.

<sup>240</sup> AHMP, livro de Vereações do Porto, A-PUB/99, ffs. 52v-53.

edilidade portuense se visse obrigada ao pedido de um empréstimo de quatro contos e oitocentos mil réis junto da Santa Casa da Misericórdia<sup>241</sup>, ao qual se seguiu um novo pedido de doze mil cruzados à mesma instituição para pagamento das responsabilidades com a manutenção diária das tropas<sup>242</sup>.

## Conclusão

Em jeito de conclusão, sem prejuízo de outras considerações, dois aspetos parecem assumir relevância na opção de bem receber o inimigo na cidade. Em primeiro lugar, e ao contrário do que acontecerá na segunda invasão da cidade, em 1809, as relações entre as autoridades locais e os efémeros novos poderes franco-espanhóis pautaram-se, quase sempre, por momentos de cordialidade e respeito institucional que, se por um lado, legitimam parcialmente as acusações de afrancesamento das instituições do poder local portuense, por outro, não podem deixar de ser invocados como justificação pela tolerância do invasor perante a população civil. Trata-se de uma leitura objetiva de que, não obstante alguns abusos administrativos e políticos cometidos pelos espanhóis em nome da aliança com Napoleão e subscritos por Junot para todo o território nacional, a primeira invasão francesa do Porto não assumiu a violência nem registou as arbitrariedades a que a cidade estaria sujeita com a chegada do exército exclusivamente francês de Soult em 1809.

Em segundo lugar, a convivência, ainda que forçada, com o exército espanhol não se oferece como motivo de má evocação para as populações portuenses. A afabilidade e o respeito institucional entre as diferentes autoridades são consensualmente admitidas mesmo pelos memorialistas antifranceses. Dos seus escritos, a má memória destes tempos foi sempre muito mais dirigida ao projeto de poder francês do que aos exércitos espanhóis, mesmo tendo em conta a histórica rivalidade ibérica. Tal efeito não deixa de ser produto, mesmo que parcialmente, de todo o empenho no acolhimento demonstrado

<sup>241</sup> AHMP, Livro de Vereações da Câmara do Porto, A-PUB/99, fl. 24-25.

<sup>242</sup> AHMP, Livro de Vereações da Câmara do Porto, A-PUB/99, fl. 35v-37.

pelas autoridades portuenses que, desde cedo, percebendo o que poderiam evitar, investiram o necessário na ingrata tarefa de receber, acomodar e sustentar os seus próprios invasores. Perante isto, resta a observação de que, se não o tivessem feito, possivelmente a experiência espanhola do Porto de 1807 e 1808 teria tido contornos diferentes.

## Fontes

AHMP, *Cofre*, A- PUB/1372, /1373; /1375; /1376, /1377; /2245.

AHMP, *Livro de Vereações* n.º 98, n.º 99 e n.º 100.

AHMP, *Lista das 14 companhias de ordenanças do Porto (1807/08)*, A-PUB/4839.

ANTT, *Intendência Geral da Polícia, Contas para as secretarias*, Livro IX.

*Collecção de Decretos, Editaes E&c E&c E&c* (1808). Lisboa: Typografia Rollandiana.

Silva, A. D. (1826). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810*. Lisboa: Typographia Maignense.

Lima, D. P. (1945). *Ephemerides Portuenses ou Index Historico, e Chronologico das Novidades mais recomendaveis, acontecidas na Cidade do Porto, desde o Principio de Novembro de 1807; e Principalmente desde o dia 18 de Unho de 1808 Athé o de 24 d'Agosto, ...* Porto: Câmara Municipal do Porto - Gabinete de História da Cidade.

## Bibliografia

Araújo, A. C. (1985). "Revoltas e Ideologias em conflito durante as Invasões Francesas". *Separata da Revista de História das Ideias*, pp. 7-90. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Araújo, A. C. (1993). "As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais". In Torgal, L. R, Roque J. L. (Ed.), *História de Portugal – O Liberalismo* (Vol.V). (17-43) Lisboa: Círculo de Leitores.

Boer, P. den (1995). "Europe to 1914, the making of an idea". In Wilson, K. & Dussen, J. van der (Ed.). *The History of the Idea of Europe*. (13-82) Londres: Open University.

Capela, J. V., Matos, H., & Borralheiro, R. (2008). *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os Concelhos na Restauração de Portugal de 1808*. Braga: Casa Museu de Monção; Universidade do Minho.

Capela, J. V., Matos, H., & Borralheiro, R. (2009). *Sempre Fiel e Leal. O Porto na Restauração Nortenha e Defesa da Independência Nacional (1808-1809)*. Porto: Área Metropolitana do Porto.

Couceiro, P. (2019). *População e Guerra – Os impactos das Invasões Francesas no Porto (1807-1809)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Esdaille, C. (2011). *As Guerras de Napoleão. Uma História Internacional. 1803-1815*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Matos, H. J. (2000). *O Minho e as Invasões Francesas. Uma perspectiva municipal*. Braga: Universidade do Minho.

Mendes, J. A. (1998). "Caminhos e problemas da historiografia portuguesa". In L. R. Torgal, & Catroga, F. M. (Ed.). *História da História em Portugal (Séculos XIX-XX)*. (17-83) Lisboa: Temas e Debates.

Mendes, J. A. (2000). "História Local e Memórias: do Estado-Nação à Globalização". In *Revista Portuguesa de História, XXXIV*. (349-368).

Neto, M. S. (2010). "Percurso da História Local Portuguesa. Monografias e representações de identidades locais Santos", In J. M., Catana, & A. S. (Coord.). *Memória e História Local - Colóquio Internacional realizado em Idanha-a-Nova*. (47-76) Coimbra: Palimage.

Ramos, L. O. (1988). "Os Agentes de Introdução e Divulgação do Ideário da Revolução Francesa em Portugal e as Alvanças da Repressão.". In *Colóquio Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo: actas*. (11-27) Braga: Universidade do Minho.

Rémond, R. (2011). *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva.

Sardica, J. M. (2011). *A Europa Napoleónica e Portugal. Messianismo revolucionário, Política, Guerra e Opinião Pública*. Lisboa: Tribuna da História.